

O PAPEL DO INTELLECTUAL EM CENÁRIOS DE RISCO À DEMOCRACIA

[THE ROLE OF THE INTELLECTUAL IN RISK SCENARY OF DEMOCRACY]

Milena Souza

milena77milena@yahoo.com.br

Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (2008) e mestrado em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (2011). Atualmente é professora de filosofia do Centro Profissionalizante Dep Antônio Cabral e professora da Faculdade de Integração do Sertão - FIS. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em ética e Epistemologia.

DOI: [10.25244/tf.v12i2.416](https://doi.org/10.25244/tf.v12i2.416)

Recebido em: 10 de dezembro de 2019. Aprovado em: 10/03/2020

Caicó, ano 12, n. 2, Jul.-Dez., 2019, p. 61-73, ISSN 1984 - 5561

Fluxo Contínuo



O papel intelectual em cenários de risco à democracia

SOUZA, C. M.

Resumo: O presente texto pretende fomentar uma reflexão acerca do papel do intelectual em cenários de riscos à democracia, tanto em contexto geral, como em específico no que se refere a atual cena político-econômica e educacional brasileira, partindo do entendimento de conceitos-chaves a essa discussão, que nos permitam um maior esclarecimento do que esses cenários realmente representam, sua origem e desdobramentos dentro de um contexto que ultrapassa os espaços nacionais. Desse modo, partiremos da discussão dos conceitos de liberalismo, conservadorismo e socialismo, que ademais representam as três ideologias que estruturam a vida política mundial desde meados do século XIX e alcança nossos dias.... conforme analisados pelo filósofo-sociólogo Immanuel Wallerstein, que utilizaremos aqui como referencial teórico, para o tratamento dessa questão, o qual faz um acompanhamento dos referidos conceitos a partir de sua trajetória ao longo da história. No intuito de enriquecer nossa reflexão lançaremos mão de outros pensadores que tratam da referida questão, tais como Istivàn Mészáros, Edward Said e Paulo Freire.

Palavras-chaves: Papel do intelectual. Democracia. Ideologia. Educação.

Abstract: This article intends to foster a reflection on the role of the intellectual in risk scenarios for democracy, both in the general context and in specific terms, that do not refer just to the current economic and educational scene, starting from the understanding of key concepts to this discussion, which allows us to understand better what these scenarios really represent, their origin and developments within a context that goes beyond national spaces. By this way, we introduce with the discussion of the concepts of liberalism, conservatism and socialism, which most represents the three ideologies that have structured world political life since the mid-nineteenth century until current times, as analyzed by philosopher-sociologist Immanuel Wallerstein, who we use it here as a theoretical reference for the treatment of this issue, following the trajectory of the concepts from throughout history. In order to enrich our reflection, we use other thinkers who deal with themes related to the question, such as Istivàn Mészáros, Edward Said and Paulo Freire.

Keywords: Role of the intellectual. Democracy. Ideology. Education.

INTRODUÇÃO

Testemunhamos nos últimos anos, tanto a nível global quanto nacional um acirramento de campos ideológicos que nos remontam a época pré-queda do muro de Berlim. Especialmente no Brasil, “fantasmas” como o do comunismo/socialismo voltou a assombrar a população, sobretudo as vésperas da nossa última eleição. O fenômeno de uma auto intitulada “nova direita” que mistura elementos do liberalismo a um conservadorismo – que, diga-se de passagem, rompe com princípios do próprio liberalismo - não é um fenômeno local, se observa em diversas nações. É em vista da necessidade de compreensão e enfrentamento dessa questão que nos propomos pensar aqui a importância do papel do intelectual nesse cenário que põe em risco as reservas de democracia de um lado ao outro do globo. Desse modo, visando essa compreensão partiremos da discussão dos conceitos-chaves a essa discussão, tais como o de liberalismo, conservadorismo e socialismo, os quais representam as três ideologias que estruturam a vida política mundial desde meados do século XIX e alcança nossos dias. Para isso nos basearemos na obra “O fim do mundo como o concebemos” de Immanuel Wallerstein para reconstrução da história desses conceitos.

É importante frisar que não nos aprofundaremos na perspectiva teórica do referido autor, que conhecidamente faz toda sua reflexão em acordo com a sua teoria do sistema-mundo-moderno, a qual não é objeto de estudo aqui. Assim, nos delimitaremos apenas a análise desses conceitos conforme tratados na referida obra, e de suas reflexões em outra obra sobre os campos de atuação do intelectual, para à luz disso, tentar alcançar uma melhor compreensão do atual cenário político-econômico e suas implicações no âmbito educacional, assim como os riscos decorrentes daí para uma democracia efetiva, analisando em consonância com essa questão o papel do intelectual para o enfrentamento ou reforço desses riscos. Para tanto, visando enriquecer nossa reflexão nos utilizaremos de outros pensadores que tratam da referida questão, tais como Istivàn Mészáros, Edward Said e Paulo Freire.

AS TRÊS IDEOLOGIAS QUE ESTRUTURAM A VIDA POLÍTICA MUNDIAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA EDUCAÇÃO

Nossa análise partirá de um cenário específico, primeira metade do séc. XIX, quando então os termos liberalismo e democracia entram no uso comum das discussões políticas. Nesse cenário nós temos uma polarização entre dois grupos políticos, a saber, Liberais e Conservadores, que se dá em referência a Revolução Francesa, vista como negativa por esse último, que obviamente encontravam-se ainda em ligação com o antigo regime absolutista, defendendo vários princípios baseados na questão da tradição e respeito à autoridade e valores morais religiosos; em oposição a visão positiva dos primeiros, em sentido à se precisar mais à frente.

Por volta de 1815 e 1848 surge um terceiro grupo, denominado por vezes de Democratas, representados principalmente por republicanos e ocasionalmente por Socialistas. Só mais tardiamente os Socialistas emergiriam como uma ideologia plenamente desenvolvida, constituindo assim a “trindade de ideologias” que estruturariam a vida política

O papel intelectual em cenários de risco à democracia

SOUZA, C. M.

dos séc. XIX e XX: Conservadores, Liberais e Socialistas. Sendo o liberalismo a corrente que se consagrou como a geocultura dominante após 1848, principalmente a partir de sua reconfiguração, deixando sua preocupação central de oposição ao Antigo Regime para se concentrar na oposição as demandas crescente por democracia, surgidas dos desdobramentos das revoluções sociais de 1848 que embora reprimidas pelos liberais deixaram a mostra sua força, obrigando os liberais a apresentação de um programa de concessões que visava manter sob controle a formação de novos conflitos, sem contudo modificar a estrutura básica do sistema vigente (WALLERSTEIN, 2002). É sobre os limites ou tamanho dessas concessões que se baseia os conflitos que se apresentam em nossos dias, tanto na esfera global como nacional, como veremos mais à frente.

Mas, como a ideologia liberal se consagrou como a geocultura dominante e quais as estratégias usadas para isso, é a primeira questão que nos colocamos aqui.

Isso se deu, sobretudo, a um embate no campo prático da política, mas fundamentalmente em um embate no campo das ideias¹. Tendo em vista o contexto de quebra com as bases do antigo regime absolutista, que se legitimava no poder atribuindo-o a bases divino-teológicas, instituindo o mesmo como uma "ordem natural" já que amparada por Deus; os liberais também lançaram mão do mesmo recurso de naturalização da atual ordem vigente (a partir da vitória das revoluções burguesas). No entanto nesse novo cenário, essa naturalização não era mais oriunda de um poder divino, mas da própria razão humana, que a partir da leitura da razão sob a ótica iluminista é tomada como universal e, portanto, se constituindo à maneira anterior, numa autoridade inquestionável

Porém tal inquestionabilidade pouco se efetivou sendo logo colada em questão por pensadores reformistas² como Robert Owen (fundador do socialismo utópico), que apesar da crítica feita à razão iluminista, ainda partilha da crença positiva a ela associada. (MÉSZÁROS, 2008). Sendo posteriormente atacada mais fortemente por Karl Marx, que já em sua "Para crítica da economia política" rompe com essa lógica estruturante, acusando-a de anti-historicista "de representar a produção diferentemente da distribuição, como regida por leis naturais, eternas, independentes da História" criando assim "a possibilidade de insinuar dissimuladamente relações burguesas como leis naturais, imutáveis, da sociedade in abstrato" (MARX, 1978, p. 106). Desse modo Marx converte a razão iluminista do "céu dos transcendentais" de Kant ou do "espírito absoluto" de Hegel³, em razão burguesa; entendendo o indivíduo a partir de então, assim como o desenvolvimento social, não mais posto como tal pela natureza, mas como resultado histórico e "produto, por um lado, da decomposição das formas feudais de sociedade e, por outro, das novas forças de produção que se desenvolvem a partir do século XVI" (MARX, 1978, p. 103)

¹ Mais à frente trataremos da questão da internalização dessa ordem, focando sobretudo nos processos de educação formal como instrumento para essa internalização.

² Pelos reformista e também pelos conservadores com seu viés anti-iluminista, como por exemplo, Edmund Burke (1729-1797) considerado o pai do conservadorismo moderno.

³ Para Hegel a História se dava em estágios, os quais formariam uma sequência de princípios naturais que realizariam o desenvolvimento do espírito mundial, tais estágios, a cada vez estariam ligados a uma "nação superior", que seria a dominante por ser a portadora do "espírito do mundo". Ademais, "os espíritos de outras nações estão privados de direitos, e à semelhança daquelas cujas épocas já passaram, deixam de contar na história do mundo". (ANDERSON, 1994, p. 24)

O papel intelectual em cenários de risco à democracia

SOUZA, C. M.

É sabido que o próprio método dialético de Marx tem base nos princípios formulados por Hegel, no entanto este converte a base idealista/natural de Hegel em uma base materialista/histórica, direcionando as suas pesquisas para análise concreta da sociedade moderna burguesa. Em suas palavras:

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método de Hegel, o processo do pensamento[...] é o criador do real, e o real é apenas a manifestação externa. Para mim ao contrário, o ideal não é mais do que o material transporto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado. (MARX, 1968, p.16)

Essa problemática ademais acabou por gerar a crise da filosofia que a partir do advento do Historicismo, cuja maior conquista foi definir a historicidade do homem, significa dizer, afirmar que a natureza humana não se determina a partir de princípios últimos e universais, como pensava o Esclarecimento, e também Hegel, mas sim a partir da história⁴.

Entrementes a essas críticas e a subsequente primazia da história sobre a filosofia, que pôs em questão os fundamentos universais sobre os quais a ideologia burguesa inicialmente se consolidou, o fato é que nos últimos 150 anos a educação institucionalizada serviu ao propósito de legitimar essa nova ordem, como destaca Mészáros:

[...] a educação institucionalizada serviu - no seu todo - ao propósito não só de fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma 'internalizada' (isto é, pelos indivíduos devidamente 'educados' e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta. (MÉSZÁROS, 2008, p.35)

Desse modo, quando nos aprofundamos nessa questão salienta-se que o que está em jogo, conforme coloca Mészáros, mesmo quando tratamos da questão da educação, essa não pode ser analisada dissociada de todo o sistema de valores (burgueses) no qual está inserida e que determina sua forma de ser, uma forma que agrava o apartheid social, perpetuando uma visão de mundo baseada na sociedade mercantil (MÉSZÁROS, 2007).

Ainda seguindo as linhas de Mészáros, gostaríamos de diferenciar dois tipos de educação: a educação formal, que estaria nos orientando para o trabalho alienante visando manter o homem dominado, e em contraposição a esta, a educação libertadora, que teria

⁴ Não é nosso objetivo aqui entrar no mérito epistemológico da questão da mudança do fundamento do conhecimento, o qual passa da base especulativa, tendo seu último expoente em Hegel, para base empírica/materialista, mas sobre essa questão recomendamos leitura da obra filosofia na Alemanha, de Herbert Schinadelbach.

O papel intelectual em cenários de risco à democracia

SOUZA, C. M.

como função transformar o trabalhador em um agente político, capaz de pensar criticamente e agir de forma a transformar o mundo.

Nesse sentido nos fica o alerta que no âmbito educacional as soluções não podem ser **formais**, mas devem ser **essenciais**, no sentido de modificar a internalização historicamente prevalecente do capitalismo, rompendo a lógica vigente. Para tanto é necessário que nossa formação, tanto de professores, como de alunos, não fique restrita ao ambiente da educação formal (escolas, universidades) dado essas servirem, estruturalmente, justamente à lógica que como vimos é preciso reverter. Sendo necessário, portanto, defender um processo contínuo de aprendizagem para além dos muros institucionais da educação formal, e se estender para todos os âmbitos de nossa vida.

Tal discussão nos coloca então frente a relação entre esse tipo de mentalidade e o sistema capitalista do qual fazemos parte. Paulo Freire décadas atrás já nos alertava que seria muita ingenuidade de nossa parte, esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que permitissem às classes dominadas por esses mesmos, perceberem de forma crítica as injustiças sociais em meio a qual se encontravam.

Assim, seguindo as linhas de Freire, em consonância com essa questão, é importante nos questionar se não, ou o quanto estamos seguindo uma pedagogia que oprime, que fortalece a opressão vigente ao invés de uma pedagogia libertadora.

A pedagogia que “partindo dos interesses egoístas dos opressores, egoísmo camuflado de falsa generosidade, faz dos oprimidos objeto de seu humanitarismo, mantém e encarna a própria opressão.” (FREIRE, 20018, p.56).

E essa pedagogia que oprime perpetua a opressão através justamente da sistema formal de educação, mas não é suficiente questionar apenas o sistema educacional mas todo sistema de internalização do sistema vigente como um todo, nas palavra de Mészáros:

Não se pode realmente escapar da “formidável prisão” do sistema escolar estabelecido, reformando-o simplesmente... O que precisa ser confrontado e alterado fundamentalmente é *todo* o sistema de *internalização*, com todas as suas dimensões, visíveis e ocultas. Romper com a lógica do capital na área da educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa *concreta* abrangente. (MÉSZÁROS, p. 47)

Desse modo, ainda como destacado por Mészáros, embora as determinações gerais dessa nova ordem (do capital) não se dê apenas no âmbito das instituições educacionais formais, mas “em sintonia com as determinações educacionais gerais da sociedade como um todo”, (MÉSZÁROS, p.43) elas são uma parte importante do sistema global de internalização da posição que lhes é atribuída na hierarquia social, que asseguram os parâmetros reprodutivos gerais do sistema do capital. Assim, fica claro que não sendo a educação formal “a força ideologicamente *primária* que consolida o sistema do capital; tampouco é ela capaz de, por si só, de fornecer uma alternativa emancipadora radical”. Posto isso, Mészáros coloca como a grande tarefa histórica do nosso tempo, “romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana”, (MÉSZÁROS p.45) necessitando então, de uma atividade de “*contrainternalização*” que não fique só na negação mas que busque horizontes possíveis, alternativos ao que está posto.

O papel intelectual em cenários de risco à democracia

SOUZA, C. M.

Buscar esses horizontes possíveis se converte então em nosso tempo na tarefa primeira do intelectual, entendido aqui mais como um agente social que na acepção tradicional, em sentido a se precisar na próxima sessão.

OS NÍVEIS DE ATUAÇÃO DO INTELLECTUAL E SUA LIMITAÇÃO DENTRO DA ORDEM VIGENTE

É a partir dessa problemática então que trazemos a questão da importância do papel do intelectual para o enfrentamento (ou reforço) da atual ordem existente. Embora o conceito “intelectual” tenha múltiplas acepções, tomaremos nesse primeiro momento como norte para essa discussão as considerações de Wallerstein em sua obra "O universalismo europeu: a retórica do poder", na qual reflete especificamente sobre o papel do intelectual no referido contexto e especifica que o intelectual funciona necessariamente em três níveis, que no entanto a partir de uma nova epistemologia forjada dentro da ordem vigente foram separadas, que são eles: como *analista* da busca da verdade; como *pessoa moral* na busca do bem e do belo; e como *pessoa política* na busca pela unificação do verdadeiro com o bem e o belo.

No entanto como acusa Wallerstein,

as estruturas do saber que predominaram durante os dois últimos séculos tornaram-se antinaturais, exatamente porque decretaram que o intelectual não poderia mover-se com facilidade entre esses três níveis. Os intelectuais foram encorajados a se restringir a análise intelectual. (WALLERSTEIN, 2007, p. 119)

Feito isso, temos posto uma neutralidade de valores, no que concerne a figura do intelectual, que a partir de então fica apartado do campo político, da tarefa efetiva de transformação da ordem injusta reinante, tendo como dever se restringir à busca da verdade, lógica que reinou durante o último século e meio e o afasta da esfera política, o que contribuiu para reforçar o estabelecimento da ordem vigente que passou a ver como errado ou até mesmo como inimigo (o que de fato são, num sentido preciso) aqueles que teimam em fugir a essa restrição.

O grande problema é que esses intelectuais foram, sob algumas leituras, convertidos de inimigos da ordem existente - diga-se de passagem de uma ordem injusta - em inimigos do povo e até da própria democracia. É leituras como essas que fundamentam, hoje no Brasil, projetos como o “Escola sem partido”, que defende uma “neutralidade”, na qual fica claro que a ordem vigente é tomada como um produto de relações naturais e não já o resultado de uma ideologia implementada a partir do surgimento do capitalismo.

Essa divisão dos níveis de atuação dos intelectuais, no entanto, como busca demonstrar Wallerstein vem se enfraquecendo nas últimas quatro décadas, enfraquecimento que ademais é decorrente, na sua perspectiva, da crise estrutural do sistema-mundo moderno, (leia-se, crise do capitalismo), que ademais, como já dito, não é nosso objetivo analisar aqui.

O papel intelectual em cenários de risco à democracia

SOUZA, C. M.

Mas nos importa salientar, que dentro dessa perspectiva, Wallerstein alerta que em tempo de transição como a que ele defende estarmos passando, a *Escolha Fundamental*, entenda-se, a escolha da nova ordem que substituirá a atual ordem vigente, reveste-se de fundamental importância, principalmente no que concerne ao significado das contribuições individuais, determinante para escolha coletiva dessa nova ordem que deverá se estabelecer. E salienta, que livre das amarras dessa falsa neutralidade dos valores, os intelectuais podem representar um papel importante na efetivação de uma ordem mais justa, livre de tantas desigualdades e portanto efetivamente democrática, e evitar a possibilidade real de uma ordem ainda mais injusta e desigual do que a que nos encontramos, daí a importância do papel do intelectual, desde que consciente dessa tarefa, para frear os riscos dessa última alternativa.

Quando analisamos a atual situação política brasileira, fica claro que estamos em meio à disputa por tal ordem⁵ (apresentada na ótica contemporânea pelo sistema neoliberal). Mas fica claro, que as disputas acirradas que vem se efetivando nos últimos três anos no Brasil, passa por um lado, por uma clara posição conservadora, reconfigurada aqui, pela conservação da ordem capitalista de origem burguesa, e os valores pregados por essa, associados a questões morais religiosas⁶; e por outro lado, uma posição progressista, tomada por posições à esquerda socialista, embora isso (essa denominação própria de “esquerda”) também seja discutível, dado que até agora não vimos nenhum sinal próprio de ruptura com as estruturas do sistema vigente em suas políticas, mas que de qualquer forma, representam uma posição que tira da margem extrema as reivindicações da massa excluída.

Compreender então que apenas às custas da resistência, da luta, esses direitos nos foram concedidos, se converte numa tarefa essencial em nosso tempo; compreender o que as bandeiras do Socialismo e do Liberalismo/Neoliberalismo realmente representam nessa busca por uma ordem mais justa, menos desigual e, portanto, efetivamente democrática.

Ao longo dos últimos 200 anos, como destaca Wallerstein os que não têm direitos ou tem menos direitos que outros vêm reivindicando mais e mais direitos, em busca de uma ordem mais igualitária e menos exploradora. A essas reivindicações respostas diferentes foram dadas: a resposta liberal, que buscou/busca conter o fluxo de tais reivindicações, sendo forçada a fazer isso com algumas concessões de direitos; a resposta democrata à esquerda, que veio em apoio a essas reivindicações mostrando o muito que ainda tem a se fazer (WALLERSTEIN 2003).

Os liberais expressaram sua preocupação fundamental com o *processo*, enquanto os democratas focaram nos *resultados*. As tentativas de solução aos problemas apresentados apontam então para dois programas de governo, e de ordenação da sociedade de duas maneiras diferentes. Assim, os liberais seguindo as linhas do Iluminismo focaram na racionalidade, racionalidade esta que é alcançada pela educação. Entretanto diferente da

⁵ Como dito anteriormente não é objeto de estudo aqui a teoria do sistema-mundo de Wallerstein, daí não aprofundarmos o debate se essa disputa que vemos hoje no Brasil, por um modelo de sociedade mais voltado às massas frente a um modelo de sociedade mais voltado aos interesses de mercado, seria um reflexo da quebra do atual sistema vigente em vista de um outro sistema, até porque ambas as posições, por mais que expressem diferenças, permanecem no fundo (seja por vontade, ou como refém) ligadas as estruturas da ordem capitalista vigente.

⁶ Essa é uma questão que necessita de maior tratamento, que não cabe aqui, devido a sua importância no atual cenário político brasileiro (e também mundial). Por ora, só salientaremos que é sabido como o setor evangélico, principalmente os denominados “neopentecostais”, foi determinante para eleição do atual governo, ao converter o cerne das últimas eleições numa pauta moral, assim como suas influências na questão educacional, buscando, por exemplo, proibir a educação sobre questões de gênero nas escolas.

O papel intelectual em cenários de risco à democracia

SOUZA, C. M.

assembleia municipal de democracia derivada da cidade-estado grega, que era impossível de ser aplicada nas dimensões do Estado moderno, buscaram manejar isso reduzindo a parte menores, o que foi feito através do surgimento da diferenciação e especialização.

O sistema educacional moderno, seja em sua forma humanística ou científica, se orientou no sentido de aceitar os éditos do especialista. Esse é o nexo em torno do qual gira os debates sobre sufrágio e outras formas de participação política: quem possui a especialidade necessária, quem tem a estrutura mental que lhe permita ser informado pelos especialistas. Em resumo, embora todas as pessoas sejam potencialmente racionais, nem todas os são realmente. O liberalismo é a exigência de outorgar direitos ao racional em vista de evitar que os irracionais sejam aqueles a tomar a decisão. (WALLERSTEIN, 2003 p.129)

Desse contexto surge a questão da meritocracia, outro discurso em moda aqui pelas terras brasileiras. Esse projeto de sociedade administrada pelos mais sábios/competente, não é um projeto novo, remonta a idade antiga tendo sido seu expoente mais famoso Platão, em sua obra *A República*, buscando efetivar a pólis justa. É importante lembrar que em Platão encontramos uma ideia real de meritocracia, consciente que essa não pode se dá a partir de um contexto de desigualdades, por isso mesmo no seu projeto para efetivação de tal cidade, Platão vê como necessária uma série de medidas visando instituir essa igualdade de condições, a partir da qual se poderia chegar ao mérito individual de cada cidadão, um mérito calcado propriamente nas suas disposições individuais e não em condições vantajosas que pudesse garantir a uns e a outros não, a capacidade a ser testada. Essas medidas ademais, perpassariam pela supressão da propriedade privada e o rearranjo familiar como conhecemos, ficando as crianças entregue ao Estado⁷.

Não, não estamos propondo a efetivação de tais medidas, só chamando atenção para o fato que quando se discute mérito, a igualdade é condição necessária para se definir as possibilidades de quem quer que seja em vista da meritocracia. E quando se defende essa ideia, sob as condições extremamente desiguais que temos, é justamente por ignorar a base sobre a qual uma sociedade calcada no mérito deveria se sustentar, ou seja, na igualdade de oportunidades.

Assim, mesmo que o liberalismo rompa com a ideia de mérito voltada ao passado, daqueles que herdaram os feitos de seus antepassados (como no antigo regime absolutista) - o que não mudaria os atores da hierarquia social - e passe a focar no mérito próprio do indivíduo atual, estando portanto, teoricamente aberta à todos, ao focar nas provas que esses possam apresentar no presente; tal abertura se dá apenas no plano teórico, dado que na prática ainda há vantagens, não mais voltadas ao passado mas advindas da situação econômica e social, que possibilitaria mais a uns que outros adquirir as habilidades que serão testadas, não efetivando portanto a exigência de igualdade, deixando então aqueles que sempre estiveram na base da hierarquia social imóveis nessa estrutura, deixando às claras, desse modo, seu viés anti-democrático. Não custa lembrar que as políticas de cotas, que tanto debate gerou em nossa sociedade, tem em vista justamente tentar equilibrar um pouco essa

⁷ Sobre isso conferir Platão, *A República*, p.160ss

O papel intelectual em cenários de risco à democracia

SOUZA, C. M.

desigualdade para dar reais condições a todos de atingirem esse mérito buscado. Mas esse é um discurso que não é aceito pelos liberais, que na maioria dos casos, nas suas ações se apresenta como anti-populista.

O populismo, e leia-se aqui populismo como a defesa de um programa que incluam as massas estruturalmente excluídas dentro da ordem atual, (e não como pejorativamente em voga, como uma forma de criar um clientelismo eleitoral), sempre esteve mais ligado as políticas de esquerda, que sempre procurou mobilizar o sentimento popular para utilizá-lo como pressão política. Assim focaram mais na inclusão dos excluídos (preocupação com o resultado), em oposição a ideia liberal que o “competente” deve prevalecer para o alcance da “boa sociedade”. Também houve um populismo de direita, esse no entanto, embora tenha combinado uma restrição à figura do especialista com elementos de bem-estar social, não fugiu à sua base excludente, limitando o Estado de bem-estar a grupos etnicamente limitados e portanto ainda, antidemocrático.

Os liberais não apenas dão prioridade à liberdade; eles se opõem a igualdade, pois se opõem vigorosamente a qualquer conceito medido em função do resultado, única maneira de dar sentido ao conceito de igualdade. Na medida que o liberalismo é a defesa do governo racional, baseado no julgamento informado dos competentes, a igualdade se lhe apresenta como um conceito nivelador, anti-intelectual e inevitavelmente extremista. (WALLERSTEIN, 2003, p.132)

Diante dessa lógica, foi só a partir da organização popular pela esquerda socialista - da pressão pelos grupos dos desfavorecidos, dos “incompetentes”, daqueles que, não possuíam nenhum direito, ou que possuíam menos do que outros, devido a essa lógica excludente - que nasceu o Estado de bem-estar social, como resultado de três reivindicações específicas: mais verbas para educação, mais assistência para saúde e um piso de renda mínima mais elevado. Esse “patamar mínimo aceitável”, ademais vinha aumentando constantemente, até esbarrar nos projetos do Neoliberalismo de desmantelamento desse Estado, o que acabou por acirrar os conflitos, seja na forma de mobilização operária espontânea, seja na forma de rebeliões civis mais violentas, exemplos não nos faltam desde a última década até nossos dias, como no caso da Albânia em 1997 com o sistema Ponzi e recentemente se destacam as revoltas no México e na França contra reformas na previdência, um dos alvos principal da política de “austeridade” neoliberal, sendo os reflexos desse desmantelamento do Estado de bem-estar social um projeto global, o qual verificamos também aqui (Brasil), a diferença da Europa é que aqui busca-se desmantelar o que se quer tinha se construído efetivamente: um verdadeiro estado de bem-estar.

Assim, toda política econômica que vemos nesses últimos tempos é pautada pelo Neoliberalismo (avatar do liberalismo em nosso tempo), que já em sua gênese, como colocado acima, tem como objetivo conter o crescimento da demanda popular, se apresentando como “uma ofensiva maciça para desregular as restrições ao movimento do capital e mercadorias e desmantelar simultaneamente o Estado do bem-estar social” (WALLERSTEIN, p. 134) e isso podemos constatar a partir de nossa situação atual, da restrição e da retirada de direitos já conquistados, como por exemplo, vimos além de outras nações como a Grécia, especificamente aqui no Brasil, desde os dois últimos anos sobretudo,

O papel intelectual em cenários de risco à democracia

SOUZA, C. M.

uma série de direitos dos trabalhadores (dentre outros) conquistados à duras penas, estar sendo solapados numa rapidez até pouco tempo atrás inimaginável.

É importante o resgate histórico que fizemos em nossa breve análise, para deixar claro que esses direitos nunca foram dados de bom grado por aqueles que detinham/detém o poder em suas mãos, assim como para entender quem é quem nesse jogo de “dar”-tirar-receber direitos. Analisar isso, e pensar nas escolhas morais e políticas que temos a fazer se converte então numa tarefa essencial da qual nenhum intelectual deve se furtar em nossos dias.

Edward Said, em seu artigo “O papel público de escritores e intelectuais” (SAID, 2003) destaca que a tarefa do intelectual se efetiva na sua fala e escrita, ao invés do silêncio conformador, que ao se isentar, o intelectual acaba contribuindo se não para o reforço, no mínimo para a manutenção das injustiças da ordem vigente.

A existência de indivíduos ou grupos em busca de justiça social e igualdade econômica e que entendem que a liberdade deve incluir o direito de uma larga gama de escolhas que tragam desenvolvimento cultural, político, intelectual e econômico, de fato leva a um desejo de articulação e não de silêncio. [...] O papel do intelectual, de modo geral, é elucidar a disputa, desafiar e derrotar tanto o silêncio imposto quanto o silêncio conformado do poder invisível, em todo lugar e momento em que seja possível. (SAID, p. 34)

Esse é o confronto inicial que cabe a cada um de nós, que tem em vista a efetivação de uma ordem mais justa, se colocar: a tarefa de começar a despertar a nós mesmos para conscientização do nosso papel nesse cenário de risco à democracia, na busca da efetivação de justiça e de uma democracia efetiva, de fuga do silêncio conformista que serve de arma a que outras vozes, com interesses diversos se sobressaiam (e já estão se sobressaindo), um despertar calcado no papel de cada um de nós.

Na obra, *Representações do intelectual*, a qual se trata da transcrição de seis conferências transmitidas ao vivo em 1993 pela BBC⁸, Said reafirmando a definição de Gramsci que qualquer pessoa pode ser um intelectual, destaca que o intelectual é:

alguém cuja função é levantar publicamente questões embaraçosas, confrontar ortodoxias e dogmas [...]; isto é, alguém que não pode ser facilmente cooptado por governos ou corporações, e cuja *raison d'être* é representar todas as pessoas e todos os problemas que são sistematicamente esquecidos ou varridos para debaixo do tapete. Assim o intelectual age com base em princípios universais: que todos os seres humanos têm direito de contar com padrões de comportamento decentes quanto à liberdade e à justiça da parte dos poderes e das nações do mundo, e que as violações deliberadas ou inadvertidas desses padrões têm de ser corajosamente denunciadas e combatidas (SAID, 2003, p. 25)

⁸ Trata-se das Conferências Reith, inauguradas por Bertrand Russell em 1948.

O papel intelectual em cenários de risco à democracia

SOUZA, C. M.

Assim, seguindo as linhas de Gramsci, assim como também as de Sartre para quem o intelectual é “homem público atuante, investido de uma função social”, Said na referida obra faz uma crítica incisiva a todos aqueles que se deixam moldar pela profissão e especialização ao se encerrarem na academia, isentando-se de discutir os problemas do seu tempo, deixando desse modo de cumprir com a função de intelectual, já que, ainda em conformidade com Gramsci, “todos os homens (e mulheres) são intelectuais, mas nem todos têm na sociedade a função de intelectuais” (HATOUN in CLEMESHA, 2005. Pg. 31-32). Desse modo resta claro que o ser “intelectual” nesse sentido não tem se determina por uma formação específica, mas antes como uma determinada ação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de considerações finais gostaríamos de destacar a problemática central do que foi tratado aqui, que se expressa pela definição do real papel que os intelectuais (assim como os educadores) representam nesse espetáculo, dado que os papéis de cada um de nós, dentro da lógica capitalista vigente, incluindo no ambiente educacional, parecem já pré-definidos, uma predefinição perversa que não permite reconhecer a importância de uma educação libertadora, dado a cegueira imposta por esse sistema, na qual sua mentalidade se impõe soberana e faz com que gerações se coloque contra aquilo que de fato tem a possibilidade de convertê-lo do papel de simples servo de um sistema, em um indivíduo livre, capaz de modificação da ordem injusta na qual está inserido. Salientando que a questão da exclusão educacional, tomando educação aqui no sentido de formação cidadã, fica claro, dado o que foi exposto até aqui, que esse processo de exclusão não se dá (apenas) pela falta de acesso à escola, as universidades (um problema que ainda enfrentamos), mas se dá sobretudo dentro desses próprios centros, visto que a educação formal deixa de servir a formação de cidadãos livres e pensantes, para servir as demandas do mercado e inculcar nos indivíduos sua ideologia, mantendo-os presos dentro da ordem estabelecida, do papel que essa mesma ordem pensa e determina para cada um de nós.

No entanto, independentemente desse cenário negativista temos ainda uma alternativa: a de pensar! Um pensar que leva conseqüentemente à ação e nos tira da conformação que tanto serve a manutenção do atual sistema.

Essa alternativa se apresenta como uma brecha na lógica desse sistema, uma brecha que se alarga na era das mídias eletrônicas, que torna mais difícil calar os discursos dissidentes, aqueles considerados “perigosos”, que se colocam contra o poder vigente denunciando suas injustiças. É a partir dessa alternativa que devemos lutar para minimizar as influências opressoras desse mesmo sistema, que como vimos visa impedir uma formação crítica, que faça de cada indivíduo um cidadão real, ou seja, alguém plenamente consciente tanto de seus deveres como de seus direitos, direitos esses que como sabemos, na prática, são negados à grande maioria.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **O fim da História: de Hegel a Fukuyama**. Rio de Janeiro: Jorge Zaar editor, 1994.

CLEMESHA, Arlene (org.) **Edward Said Trabalho intelectual e Crítica Social**. São Paulo: Editora casa amarela, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril cultural, 1978.

MARX, Karl. **O capital. Crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, I 1968.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PLATÃO, **A República**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2004.

SAID, Edward. **Cultura e Política**. São Paulo: Boitempo, 2003.

SAID, Edward. **Humanismo e crítica democrática**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAID, Edward. **Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O fim do mundo como concebemos**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2016.